

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Entre maio e julho, o Hospital Padre Américo sofreu várias vezes elevadas dificuldades na resposta ao nível dos serviços de urgência e da capacidade de internamento, como noticiado por diversos órgãos de comunicação social regional e nacional.

A exaustão de profissionais, falta de capacidade de resposta na medida das necessidades, falta de capacidade para prestar todos os cuidados aos utentes, internamentos improvisados no próprio serviço de urgência e tempos de espera significativos para internamento são as principais dificuldades observadas e que motivaram a realização de um protesto por parte de profissionais do hospital a 19 de julho.

Em janeiro do presente ano, o Bloco de Esquerda reuniu com o Presidente do Conselho de Administração do CHTS, que, entre outros dados, apontou as dificuldades com as urgências como o maior desafio que enfrentam.

A raiz principal deste caos recorrente é evidente e há muita conhecida: o subdimensionamento do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, que o Hospital Padre Américo integra, face à população de cerca de 500 mil pessoas a que presta serviço. A falta de profissionais e de infraestrutura para responder a todas as necessidades é evidenciada pelo facto de as dificuldades recentemente noticiadas se verificarem recorrentemente há já vários anos.

Como prova a realidade, o constante recurso a soluções pontuais a cada vez que a insuficiência de resposta atinge níveis particularmente graves nada resolve, permitindo que os problemas crónicos referidos se manifestem em falhas na garantia prática de um direito humano constitucional. Mesmo o recurso ao setor privado para mitigar dificuldades - que não deveria ser necessário para assegurar a prestação do serviço público - se revela insuficiente em muitas circunstâncias. Simultaneamente, perturbações na distribuição geográfica de serviços de saúde como o encerramento das instalações do Serviço de Atendimento de Situações Urgentes (SASU) em Penafiel e transferência para as instalações de Paredes, operada em 2013, provavelmente tiveram um impacto permanente no aumento da afluência aos serviços de

urgência do hospital, devido à maior proximidade a grande parte da população servida pelo SASU Penafiel.

É inaceitável que utentes do Serviço Nacional de Saúde sejam confrontados recorrentemente com um serviço precário; que profissionais do SNS sejam levados à exaustão por não haver pessoal suficiente para responder às necessidades da população; que decisões passadas com grande impacto negativo na prestação de serviços de saúde não tenham sido revertidas; que a um problema estrutural continue a haver apenas respostas pontuais, que apenas aliviam parte do impacto permanente das dificuldades num serviço em que o tempo é fator determinante.

O Bloco de Esquerda há muito vem alertando para a sobrecarga que se faz sentir sobre os profissionais do Serviço Nacional de Saúde (SNS). É fundamental assegurar carreiras e salários dignos a todos os trabalhadores do SNS, garantir estabilidade e dignidade no trabalho. Apresentámos medidas nesse sentido aquando do debate do Orçamento de Estado para 2022 que, lamentavelmente, foram rejeitadas. O SNS é uma das conquistas fundamentais da democracia, garante de equidade no acesso à saúde a todas as pessoas e não pode ser posto em causa. É urgente assegurar o devido financiamento ao SNS e dignificar quem todos os dias dá o melhor de si para atender os utentes.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que medidas estão a ser implementadas para garantir que estas situações de rutura não se repetem?
3. Para assegurar o normal funcionamento e escalas de trabalho do serviço de urgência do Hospital Padre Américo, quantos profissionais de saúde - designadamente médicos, enfermeiros, auxiliares - seriam necessários? Quantos existem atualmente? Qual o seu vínculo profissional com o Hospital Padre Américo?
4. Que investimentos estão previstos para reforçar a capacidade de resposta do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, em geral, e do Hospital Padre Américo, em particular? Está previsto o reforço permanente de pessoal?
5. Com que frequência, por área de serviço, recorre o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa a serviços privados de saúde de modo a complementar a sua atividade, em particular quando se esgota a sua capacidade de resposta? Qual é o custo financeiro de delegar esses serviços ao sector privado?
6. Que serviços ao nível da operação do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, em geral, e do Hospital Padre Américo, em particular, se encontram externalizados? Quantos profissionais trabalham no âmbito desses serviços externalizados? Que garantias laborais estão previstas na contratualização desses serviços para assegurar os direitos e o bem-estar de trabalhadores que contribuem para o funcionamento do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, ainda que não tenham vínculo contratual direto com a instituição? Há situações reportadas de incumprimentos ou abusos por parte das entidades patronais?
7. Está prevista a reavaliação da distribuição geográfica dos SASU, designadamente uma possível reabertura das instalações em Penafiel?

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)